

O trabalho do **SEESP** em defesa dos engenheiros

Negociações coletivas com cerca de 50 empresas e entidades patronais garantem conquistas econômicas e sociais a milhares de profissionais no Estado de São Paulo. Os mais de 200 mil representados pelo sindicato contam ainda com ampla rede de atendimento qualificado, serviço de colocação no mercado e apoio à carreira, além de representação em questões essenciais à categoria, como a defesa do piso salarial previsto em lei. *Página 4*





DESCASO PRODUZ NOVA TRAGÉDIA NO PAÍS

NÃO HÁ JUSTIFICATIVA POSSÍVEL ao ocorrido em 25 de janeiro na cidade de Brumadinho (MG): três anos após o rompimento da barragem que destruiu a cidade de Mariana e matou o Rio Doce, o mesmo grupo econômico – a Vale – protagoniza nova tragédia de proporções ainda maiores. Até o fechamento desta edição do **JE**, já havia 65 mortos e 288 pessoas ainda estavam desaparecidas devido aos cerca de 13 milhões de m³ de rejeitos da mina do Feijão no Rio Paraopeba que se espalharam por uma área de 3,6km² ao longo de 10km.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Neste momento, é preciso que todos os esforços sejam feitos para o socorro e o atendimento às vítimas desse flagelo, assim como para os reparos necessários. Mas não podemos permitir que um segundo desastre dessa monta seja novamente esquecido. Não só é necessário que as devidas responsabilidades sejam apuradas, mas sobretudo que se tomem medidas para que algo do gênero jamais volte a acontecer. Conforme aponta nota divulgada (<https://goo.gl/XhJFFr>) pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), há 24 mil barragens espalhadas pelo País, das quais apenas 3% foram vistoriadas. Um insuficiente efetivo de 150 fiscais estaria encarregado de todo esse universo.

“Não faltam conhecimento e profissionais capacitados para garantir a segurança da população e a preservação do meio ambiente, mas sim seriedade dos responsáveis por essas estruturas e atuação eficaz dos órgãos públicos encarregados de regular, fiscalizar e punir em caso de inconformidade com as normas estabelecidas”, aponta a FNE. Outro ponto destacado pelo posicionamento da entidade é o fato de que, embora o Brasil disponha de corpo técnico com alto conhecimento nessa área, o atestado de baixo risco à barragem em Brumadinho foi dado à Vale por uma consultoria alemã, aparentemente não especializada no assunto, contratada pela própria empresa. Está claro hoje que tal aferição ficou muito aquém do mínimo necessário. Conforme levantamento da Agência Nacional de Águas (ANA) divulgado em novembro de 2018, 45 barragens apresentam problemas graves em sua estrutura. Ou seja, a qualquer momento, caso não se enfrente o tema com seriedade, novas Marianas e Brumadinhos podem surgir. E aqui entra o papel central da engenharia, cujos profissionais precisam

ter autonomia para atuar de acordo com seu conhecimento e experiência, e não submetidos à ganância empresarial. A atividade econômica em todos os setores é obviamente essencial à geração de riqueza, emprego e bem-estar, mas pode e deve ser realizada segundo regras claras e rígidas de segurança. Ao Estado cabe fazer com que sejam cumpridas.

Falta de providências essenciais e de fiscalização propicia mais um rompimento de barragem da mineradora Vale, causando mortes e devastação.

O SEESP, juntamente com a FNE e seus demais sindicatos filiados, trabalhará na elaboração de propostas a serem debatidas com a sociedade e apresentadas ao poder público com o intuito de que sejam estabelecidos procedimentos que garantam acima de tudo o bem-estar das pessoas. Nossa solidariedade aos atingidos por mais essa tragédia que, tudo indica, é fruto do descaso.



Maringoni

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Fevereiro de 2019. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

**ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880**

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

Saber e representação para o Bicentenário da Independência

Allen Habert

O IDEALIZADOR DO SEESP foi um engenheiro politécnico: Roberto Simonsen. Sua motivação foi a participação dos engenheiros em torno da bancada classista (10%) na Constituinte de 1933-1934. Estimulou lideranças egressas da Poli para formarem a primeira diretoria do sindicato. Elegeu-se constituinte e depois deputado federal. A Constituição de 1934 teve curta duração, até 1937, mas foi a expressão de importantes avanços democráticos.

A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Epusp) tinha sido criada em função da visão e articulação de um engenheiro e deputado estadual, Antônio Francisco de Paula Souza, em 1892-1893 e o primeiro diretor da instituição. O SEESP foi criado pelas mãos de um empreendedor e um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (1928), da Escola de Sociologia e Política (1933) e também futuro senador em 1947. Dois pilares: saber e representação para desenvolver a engenharia nacional e edificar uma nação.

Por sua vez, o SEESP teve uma renovação histórica em 1980. Um conjunto de jovens engenheiros aliados aos da geração pós-1945, egressos de lutas pela engenharia nacional e pelas liberdades democráticas, auxiliam a inaugurar uma nova e vibrante etapa do movimento dos engenheiros em todo o País.

Nestes últimos 38 anos a entidade cresceu de 5 mil para 63 mil associados. Foram oito profissionais por dia de forma voluntária e ininterrupta que apostaram na ideia de criar uma consciência crítica da categoria e de pleitear um país desenvolvido e mais justo. Criou-se um fenômeno social das camadas médias universitárias.



Logomarca elaborada pelo arquiteto Ruy Ohtake

Tive a oportunidade e responsabilidade aos 32 anos de ser eleito presidente do SEESP em 1986. Fui, como um dos coordenadores do Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte, um articulador para a conquista do capítulo inédito de Ciência e Tecnologia da Constituição Federal. Isso influenciou em todas as constituições estaduais (1989) e em centenas de constituições municipais (1990).

Em 2006 a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) é criada e poucos anos depois lança o projeto "Brasil 2022".

A CNTU, reconhecendo a importância do papel das escolas de engenharia para a soberania nacional, premia a professora-doutora Liedi Bernucci como Personalidade Profissional da Engenharia 2018, a primeira diretora engenheira em 125 anos de história da Epusp. Em síntese, a ideia é criar uma onda no País, unindo os brasileiros no processo de comemoração proativa do Bicentenário da Independência e da realização da Semana de Arte Moderna de 2022. Seremos capazes nessas incertezas do momento atual, como modernistas do século XXI, de unir as forças do saber e da cultura e conquistar uma mudança de pele no País?

Allen Habert é engenheiro de produção e mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Epusp). Diretor de Articulação Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e diretor do SEESP. Foi membro do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e integra o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) de São Paulo

RECORDAR É VIVER





Fortalecer o SEESP é valorizar os engenheiros

Rita Casaro

O SEESP, que completará 85 anos em 21 de setembro próximo, representa todos os engenheiros no Estado de São Paulo, que somam mais de 200 mil profissionais. A entidade atua permanentemente em defesa dos direitos e legítimos interesses da categoria, nas frentes sindical, política e jurídica.

Cumprindo sua função precípua, conduz negociações coletivas com cerca de 50 empresas e entidades patronais nos mais diversos segmentos, em campanhas salariais que abrangem cerca de 100 mil profissionais. Esse esforço envolve um processo que vai da elaboração da pauta de reivindicações, passando por realização de assembleias, mobilização dos profissionais e a negociação com os empregadores, até eventual recurso à Justiça do Trabalho. A empreitada envolve o papel ativo dos dirigentes, assim como de toda a estrutura da instituição, em especial das assessorias sindical, jurídica e de comunicação. Como os engenheiros têm diferentes datas-bases para a renovação de suas normas coletivas, definidas de 1º de janeiro a 1º de novembro, o trabalho é praticamente constante ao longo do ano. Neste vídeo, é possível entender como se dão as campanhas salariais: <https://goo.gl/P7QJoN>

Esse trabalho é crucial, pois é ele que garante ao profissional reajuste salarial, aumento real,

participação nos lucros e resultados, benefícios como vale-refeição, auxílio-creche, planos de saúde e muitos outros. “Sem o sindicato, o engenheiro ficaria totalmente à mercê da vontade das empresas que, muito provavelmente, não lhe concederiam ganho algum”, destaca o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro. A partir da aprovação da Lei 13.467, que implementou a reforma trabalhista, o papel do sindicato tornou-se ainda mais essencial, tendo em vista a prevalência do negociado sobre o legislado instituída pela nova norma. “O trabalhador precisa estar amparado pela sua entidade representativa para que não lhe seja imposto um acordo que sequer cumpra o que está previsto em lei”, explica o dirigente.

Atuação ampla

Para além das negociações coletivas, o sindicato presta diversos serviços ao conjunto dos engenheiros. Entre eles, a recolocação no mercado de trabalho por meio de sua área de Oportunidades na Engenharia, que divulga vagas de emprego e estágio, além de oportunidades profissionais para autônomos e cursos de qualificação. Oferece ainda orientação sobre elaboração de currículo e para realização de entrevistas.

O Núcleo Jovem Engenheiro tem o objetivo de ampliar a participação da juventude no debate em torno das questões fundamentais da engenharia no País e do movimento sindical da categoria.

A entidade tem ainda como lutas prioritárias a defesa do salário mínimo profissional estabelecido pela Lei 4.950-A/1966, o que assegura piso remuneratório digno à categoria. Outras bandeiras de luta são a criminalização do exercício ilegal da profissão e a instituição da carreira pública de Estado para os engenheiros. Ambos os temas estão previstos em proposições em tramitação no Congresso Nacional cuja aprovação o sindicato vem defendendo junto aos deputados e senadores.

O SEESP também participa de maneira qualificada do debate sobre desenvolvimento nacional, defendendo uma plataforma que garanta crescimento econômico, com distribuição de renda e preservação ambiental, objetivos presentes no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Confira a atuação da entidade pela categoria

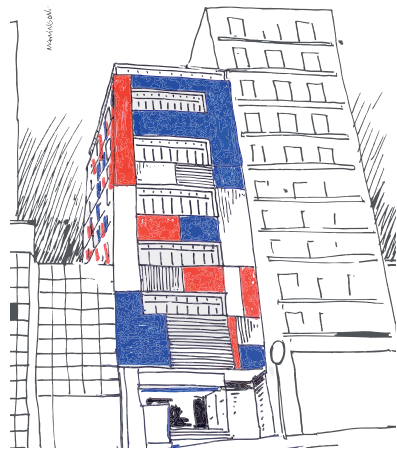
- Campanhas salariais: <https://goo.gl/Pg9q7z> e <https://goo.gl/YdECGL>
- Orientação à carreira e colocação no mercado: <https://goo.gl/jisyGk>
- Núcleo Jovem Engenheiro: <https://goo.gl/CykHDY>
- Rede de atendimento: na Capital (<https://goo.gl/qqfZ6o>) e no interior (<https://goo.gl/AUEfL7>)
- Salário mínimo profissional: <https://goo.gl/J4DwGY>
- Debate sobre desenvolvimento e valorização da engenharia: <http://www.crescebrasil.org.br>

O atendimento qualificado aos engenheiros se dá em sua sede, na cidade de São Paulo, e nas 25 Delegacias Sindicais distribuídas pelo Estado, de modo a estar mais próximo da categoria em cada região.

Participação fundamental

Para que siga trabalhando pelo profissional e pela engenharia nacional, o SEESP precisa ser cada vez mais forte, o que requer a participação e contribuição da categoria. Com esse intuito, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2018, para a qual os engenheiros foram convocados por meio de editais publicados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, determinou a autorização para cobrança da Contribuição Sindical 2019, em conformidade com a Lei 13.467/2017.

Assim, todos os engenheiros devem pagar, até dia 28 de fevereiro, a guia de recolhimento (*disponível no link <http://www.seesp.org.br/grcs/>*) no valor de R\$ 286,20, equivalente a 1/30 do salário mínimo profissional vigente em 2018 (R\$ 8.586,00). Os profissionais com vínculo empregatício devem apresentar o comprovante de quitação à área responsável em seu local de trabalho para evitar o desconto de um dia de salário no mês de março. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2620.



Veja conquistas obtidas nas negociações

Reajuste salarial assegurado nas convenções que beneficiaram os engenheiros dos setores da indústria, comércio, consultoria, locação de equipamentos e máquinas e indústria gráfica. A conquista também beneficiou os profissionais que atuam na AES Eletropaulo, Airship, CDHU, Cesp, Cetesb, CPFL, CPFL Santa Cruz, CPTM, Dersa, Elektro, Emae, EMTU, Metrô, Sabesp, Usiminas Cubatão. A correção estende-se aos benefícios de caráter econômico.

Aqueles que trabalham na AES Tietê, Automatize, CET, Cteep, Equisystem, IE Madeira e SPTrans obtiveram, além da reposição inflacionária, aumento real.

Aumento significativo, além da inflação do período, em benefícios, como vale-refeição e alimentação, nas empresas AES Tietê, Cteep e IE Madeira.

Inclusão no acordo ou convenção do cumprimento do salário mínimo profissional conforme

previsto na Lei 4.950-A/66 no setor de comércio, consultoria, locação de equipamentos e máquinas, comércio de material elétrico, além das empresas AES Tietê, Airship, Automatize, CDHU; Cesp, Cetesb, Cteep, Dersa, Elektro, Eletropaulo, Equisystem, IE Madeira; Metrô, Sabesp, SPTrans e Usiminas Cubatão.

Garantia de qualificação profissional com até 12 dias por ano dedicados a cursos, seminários e congressos sem prejuízo dos vencimentos nos setores da indústria e do comércio.

Garantia de emprego ou impossibilidade de demissão de engenheiros sem justa causa na Cesp (100% do quadro por dois anos), na Sabesp (98%), e na Emae (97,5%).

Fonte: Acordos e Convenções Coletivas 2018 (<https://goo.gl/FVTUNm>).

Levantamento: Gerência de Ação Sindical do SEESP

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO AJUDA A CRIAR VAREJO 4.0

Jéssica Silva

O CONCEITO DE indústria 4.0, com integração de tecnologia e inovação, automação, banco de dados, ambiente *online* e inteligente, toma forma também no varejo, demanda que surgiu com a eclosão de *e-commerces* e outras plataformas de vendas. Para dar suporte ao setor é que o Prova, Laboratório de Inovação do Varejo, foi elaborado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) juntamente com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Inaugurado em junho de 2018, o Prova é o primeiro laboratório público voltado ao comércio no País. Desde então, mais de 900 pessoas já participaram de atividades no local, causando impacto em aproximadamente 1.470 empresas, conforme conta Valter Pieracciani, CEO da empresa que venceu a licitação para montar e operar o projeto por dois anos.

O espaço, localizado no Shopping Frei Caneca, na capital paulista, é aberto ao público, inclusive para *coworking*, com mesas disponíveis e internet. Os varejistas podem utilizar também as salas de reuniões, que possuem paredes modulares. Assim, em eventos, o local se transforma num grande salão.

Além disso, são oferecidas consultorias e mentorias, palestras e cursos voltados à troca de experiência e atualização com o mercado, como capacitação em *design thinking* (método para planejamento e solução de problemas), liderança e transformação digital, excelência em gestão, entre outras atividades, todas gratuitas. Para participar, é necessário apenas cadastrar-se no *site* do laboratório (www.provalab.com.br). Novas tecnologias

e técnicas para os negócios também fazem parte da pauta de exposições aos comerciantes. “Aqui o varejista pode descobrir, aprender e experimentar. Esse é o conceito do Prova”, atesta Pieracciani.

Ele ressalta que o varejo está passando por uma grande evolução. De fato, segundo um levantamento da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), estima-se que em 2019 chegue a 87 mil o número total de lojas *online* no País, um crescimento de 34% em três anos. Para Pieracciani, o aumento do comércio digital, a crise econômica e a mudança no perfil do consumidor “empurraram o setor a se reinventar”.

Para coordenador, ambiente é apropriado para engenheiro desenvolver projetos.

O coordenador do Prova, que foi premiado pelo SEESP em 2015 como Personalidade da Tecnologia em Inovação, vê no laboratório o ambiente para o engenheiro que atua direta ou indiretamente com o varejo desenvolver projetos e trabalhos. A indústria 4.0, em sua visão, “só funciona com um varejo também 4.0, flexível, rápido e inteligente”. “Então tudo isso está ligado à engenharia e à quarta revolução industrial”, conclui.

Desenvolvimento

Parte do projeto é um acelerador de *startups*. A cada seis meses, quatro *startups* ficam como residentes no laboratório e utilizam o espaço para desenvolver soluções inovadoras ou produtos. É o caso da Purple, um *e-commerce* de vinho que se tornou a primeira loja conceito – que objetiva expor a marca e aproximar clientes – montada pelo Prova. “Viemos apenas conhecer o laboratório, não tínhamos o intuito de ficar, procurávamos desenvolver



Curso “Decifrando a expectativa do cliente”, realizado no Prova, nos dias 16 e 17 de janeiro último, com a especialista em *design thinking* Suzana Leonardi.

inovações para ajudar nas vendas. Quando mencionaram a possibilidade de uma loja conceito, tivemos uma ideia na hora, não sabíamos como, mas queríamos muito montá-la”, conta Decko Calvente, publicitário e sócio da Purple, juntamente com um engenheiro e um profissional de vendas. Eles começaram a idealizar a loja em 7 de dezembro último. Em 20 do mesmo mês estava aberta ao público.

O estabelecimento foi montado com base no conceito de *omnichannel*, que é a integração do ambiente *online* com o *offline*. Nele o consumidor pode adquirir vinho escolhendo o que gosta ou não no sabor, por meio de um aplicativo que cruza a pesquisa ao banco de dados da *startup*, numa gôndola interativa que, de acordo com a escolha realizada, ilumina as garrafas correspondentes na prateleira.

Para Pieracciani, a inovação no setor varejista está exatamente focada na experiência que o cliente terá. “As pessoas podem realizar compras do sofá da casa delas. O que faz com que saiam para a loja física é a experiência, é receber mais do que apenas o produto, é adquirir conhecimento também, descobrir alguma coisa”, argumenta.

A Purple tem a loja exposta até março próximo, ao lado do Prova. Posteriormente outra marca poderá ocupar o local.



Totem interativo da loja conceito da Purple, que auxilia o cliente a escolher um vinho.



Sem Ministério do Trabalho, como ficam as atribuições da Pasta

Soraya Misleh

UM DOS PRIMEIROS ATOS do Governo Bolsonaro, a extinção e o esvaziamento das atribuições do Ministério do Trabalho aponta, na visão de Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), “desprezo pela área social”. A eliminação da Pasta foi determinada pela Medida Provisória 870/2019, de 1º de janeiro último, publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*.

Na contramão do fortalecimento e resgate de seu protagonismo, reivindicados pelo SEESP e movimento sindical como um todo há tempos (confira em <https://goo.gl/EhtjSM>).

A MP definiu a estrutura administrativa do Governo Bolsonaro: 16 ministérios e outros seis órgãos com tal *status*. As antigas competências do Ministério do Trabalho, criado em 1930, encontram-se agora fragmentadas (veja quadro). Como escreve Toninho em artigo intitulado “O esvaziamento do Ministério do Trabalho” (leia em <https://goo.gl/m727R9>), “foram distribuídas em quatro outros ministérios (Economia; Justiça e Segurança; Cida-

nia; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), com dupla finalidade. De um lado, facilitar a implementação da reforma trabalhista, inclusive em sua dimensão sindical. De outro, esvaziar o poder da fiscalização, tanto na exigência de cumprimento da legislação e das normas coletivas quanto na elaboração e implementação das orientações normativas em matéria de segurança e medicina do trabalho”.

Distribuição

O Ministério da Justiça fica responsável por competências relativas à imigração e registro sindical – esta última nas mãos da Secretaria Nacional de Justiça, assumida pela procuradora do Ministério Público Maria Hilda Marsiaj – que, como lembra Toninho, atuou na Operação Lava-Jato até se aposentar em 2 de janeiro último. Cidadania, por sua vez, “vai cuidar das questões relacionadas à promoção de oportunidades de trabalho aos beneficiários do programa Bolsa Família”. Trabalho da mulher e escravo integram escopo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Sob a nova formulação, as principais ações relativas a questões do trabalho ficam sob a égide da Economia. Essa pasta passa a abarcar, conforme consta do artigo 31 da MP, entre outras funções, política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho, geração de emprego e renda e apoio ao trabalhador; fiscalização do trabalho, inclusive portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; política salarial; formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho; e regulação profissional. Como explica Toninho em seu artigo, todos os temas “estão distribuídos em várias instâncias institucionais do Ministério da Economia, que incluem três secretarias especiais, uma Secretaria do Trabalho, duas subsecretarias, um conselho e uma fundação, observando essa ordem hierárquica para a tomada de decisão”.

Ainda segundo seu texto, “o homem forte do Governo Bolsonaro no mundo do trabalho será o economista e relator da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, o ex-deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)”. Nomeado como titular da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, terá entre as diversas competências elaborar “proposições legislativas sobre matéria previdenciária, trabalhista ou correlata”.

Já a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade engloba a Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego, que inclui qualificação profissional, aprendizagem e estágio, seguro-desemprego e abono salarial, entre outras ações. E a Secretaria Especial da Fazenda fica responsável pela gestão dos fundos de garantia e de amparo ao trabalhador.

Murilo Pinheiro, presidente do SEESP, alerta para o equívoco da medida, “um desprestígio aos trabalhadores”. Ele lembra que a extinção do Ministério ignora sua importância enquanto “agente efetivo na melhoria das relações capital-trabalho, portanto, relevante ao País”. Para Toninho, as competências foram colocadas nas mãos de quem tem “*expertise* para desmontar ou extinguir direitos”. “A prioridade é desregulamentar, flexibilizar ou eliminar, reduzir ou terceirizar direitos duramente conquistados. Cabe ao movimento sindical resistir e denunciar essa injustiça junto à imprensa e a organismos internacionais”, conclui.

Órgão	Titular	Competências
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	Paulo Guedes	
Secretaria Especial da Fazenda	Waldery Rodrigues Junior	Gestão do FGTS e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade	Carlos Alexandre da Costa	Qualificação profissional, seguro-desemprego e política salarial
Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego	Fernando de H. Barbosa Jr.	
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Rogério Marinho	Elaboração de proposições legislativas sobre matéria previdenciária, trabalhista ou correlata.
Secretaria do Trabalho	Não nomeado	
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho	Bruno Silva Dalcolmo	
Subsecretaria de Relações do Trabalho	Bruno Bianco Leal	
Secretaria de Previdência	Leonardo Rolim	
Conselho Nacional do Trabalho		
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)	Leonice Alves da Paz	Segurança e saúde no trabalho
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	Sérgio Moro	Competências relativas a imigração e registro sindical
Secretaria Nacional de Justiça	Maria Hilda Marsiaj	Registro sindical
MINISTÉRIO DA CIDADANIA	Osmar Terra	Promoção de oportunidades de trabalho aos beneficiários do Bolsa Família, economia solidária
Subsecretaria e Conselho Nacional de Economia Solidária		
MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS	Dameres Alves	Trabalho da mulher, conciliação trabalho-família, combate ao trabalho escravo

DICA

Conciliar estudos e carreira

O diretor de Recursos Humanos da Companhia de Estágios, Tiago Mavichian, observa que “estudar e trabalhar ao mesmo tempo pode ser uma tarefa difícil” e que é uma realidade para a maioria dos jovens brasileiros. Diante disso, ele indica a necessidade de se ter “uma rotina de disciplina e um bom planejamento para lidar com as atividades que vão além da sala de aula”.

O primeiro passo para se organizar, ensina, é estar com os “pés no chão”. Isso significa, explica Mavichian, analisar como estão os seus horários, qual a distância de casa até o trabalho e daí até a universidade, se for ensino a distância (EAD) quanto tempo deve dedicar aos estudos, se seu emprego é de segunda a sexta-feira etc.. “Avaliando todos esses pontos é possível identificar disponibilidade e fazer adaptações necessárias.”

Autogerenciamento e tecnologia

Na sequência, prossegue ele, é importante “não vacilar com as responsabilidades”. Assim, observa: “O autogerenciamento é uma habilidade muito valiosa no mercado, principalmente para quem estuda e trabalha. Está relacionado com definir prioridades.”

Os prazos, como assevera o diretor da Companhia de Estágios, devem ser cumpridos à risca na faculdade e no trabalho. Isso equivale a dizer não deixar “para fazer tudo na última hora. A procrastinação é inimiga do planejamento”.

O especialista mostra que a tecnologia da informação é uma aliada quando o tempo não é escasso. Ele sugere: “Por que não fazer uma conferência com o grupo da faculdade por vídeo? Use e abuse dos *e-mails* e mensagens via *WhatsApp* para tirar dúvidas com seus amigos e também com os professores, caso não se importem em conversar por esses meios fora da sala de aula.”

Vida social

Para Mavichian, estar com a família e os amigos também são importantes. “É claro que uma rotina baseada em estudos e trabalho vai sacrificar um pouco a vida social, porém, estar com os familiares, descansar e relaxar são parte fundamental para o sucesso de cada um.”

O SEESP mantém parceria com a Companhia de Estágios, que oferece vagas de estágio na área. Confira em www.seesp.org.br.

QUALIFICAÇÃO

Formação em energia solar fotovoltaica

O Programa Engenheiro Empreendedor do SEESP inicia 2019 com muitos cursos de qualidade. Um deles é o de “Energia solar fotovoltaica”, que acontece nos dias 2, 9, 16 e 23 de fevereiro, das 9h às 17h. Sócios do sindicato têm desconto. Mais informações pelo *e-mail* sindical@seesp.org.br ou pelo telefone (11) 3113-2641.

A partir do século XX, devido aos altos custos de utilização e esgotamento de outras fontes, política global e efeito estufa, a utilização da energia solar cresce exponencialmente. O objetivo do curso oferecido pelo SEESP é informar, qualificar e atualizar profissionais atuantes e iniciantes, bem como apresentar a economia oferecida pelo seu uso.



Esse e outros cursos em <https://goo.gl/QaWWkz>.



VAGAS

Emprego para engenheiro com experiência em eficiência energética

A RHInd, há dez anos no segmento de recursos humanos, está recebendo currículos de profissionais das áreas de engenharia civil, elétrica, mecânica e ambiental para vaga de coordenação de projeto e equipe de execução para empresa de São Paulo. A demandante exige experiência de dois anos ou mais em eficiência energética e perda de água.

Para concorrer, é necessário ter conhecimento em sistemas de captação e tratamento de água e esgoto. E ainda diagnóstico energético, preliminar e detalhado; estudos de setorização e modelagem hidráulica; medição e verificação das economias: *ex ante* e *ex post*; estruturação financeira de projetos: modelagem e financiamento; projeto conceitual, básico e executivo de engenharia; e suprimentos: cotações, diligenciamento e inspeções.



Contratação em regime de pessoa jurídica (PJ) com salário de R\$ 9.500,00, vale-refeição, assistência saúde e ajuda de custo de R\$ 90,00 se o profissional tiver carro. Interessados devem enviar currículo com urgência para recrutamento@rhind.com.br. Início imediato.

Programa de estágio na Copagaz – Inscrição até 22 de março

A empresa de distribuição de gás Copagaz está com inscrições abertas para seu programa de estágios anual. As vagas são para estudantes de vários cursos, entre esses os de engenharia de produção, mecânica e elétrica. Para participar é necessário ter formação prevista para o período entre primeiros semestres de 2020 e de 2021. O processo seletivo será composto de dinâmicas em grupo, entrevistas e resultado final. O início dos trabalhos está previsto para dia 22 de abril.

Os selecionados receberão bolsa-auxílio, vale-refeição, assistência odontológica e médica, vale-transporte e seguro de vida. Interessados podem se inscrever gratuitamente até o dia 22 de março próximo.

Confira essa e outras vagas em <https://goo.gl/MVWNWV>.

Garantido termo aditivo com SPTrans

O SEESP firmou no dia 17 de dezembro último o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019 com a São Paulo Transporte S/A (SPTrans). Entre as conquistas garantidas aos engenheiros está o cumprimento do piso conforme a Lei 4.950-A/66, que estipula vencimento correspondente a seis ou nove salários mínimos vigentes no País para jornada respectivamente de seis ou oito

horas; reajuste de 3,04% retroativo à data-base (1º de maio), extensível aos vales-alimentação e refeição, seguro de vida, auxílio-funeral, reembolso de despesas destinadas a filhos com doença mental; reembolso creche; e demais verbas decorrentes do salário-base e pagamento do Programa de Participação nos Resultados (PPR) 2018 nos mesmos valores e critérios de 2017.



Ato de assinatura do acordo entre o SEESP e a SPTrans, em 17 de dezembro último.

SEESP e CET assinam acordo

Os engenheiros da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) assinaram Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o biênio 2018-2020. Entre os principais pontos estão reajuste de 3,04%, correspondente a 1,69% (variação do INPC-IBGE em 1º de maio de 2018), mais 1,33% de aumento real; Programa de Participação nos Resultados (PPR) de R\$ 5.034,87, dependendo do atingimento de metas; pagamento da primeira parcela do 13º até 30 de junho de cada ano; homologações realizadas no SEESP; e negociação das cláusulas econômicas em 1º de maio próximo.

CASA DO ENGENHEIRO TEM NOVOS BENEFÍCIOS

Os associados ao SEESP podem contar com mais opções de produtos e serviços em lazer, saúde, educação e muitas outras áreas. Entre as novidades, o clube de vantagens Casa do Engenheiro, mantido pelo sindicato, tem agora parceria com o Aquário de São Paulo (no bairro do Ipiranga) e a Cidade da Criança (São Bernardo do Campo), ambos oferecendo 10% de desconto no valor do ingresso.

Associados na Baixada Santista também ganharam novos descontos, que podem chegar a 30%, nas sessões de psicoterapia individual e em grupo (crianças, adolescentes, adultos ou casal). O atendimento é feito pela psicóloga Cintia Jordão, na Praia Grande.

Em Santos, nova unidade do GuardAqui disponibiliza espaços para armazenagem, com monitoramento, alarme e outros

Engenheiros da Prefeitura de São Paulo aprovam greve

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de janeiro último, na sede do SEESP, na Capital, os engenheiros da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) aprovaram a adesão à greve dos servidores públicos municipais, a partir do dia 4 de fevereiro, para pressionar o governo a revogar a lei que instituiu a reforma da Previdência, aprovada ao final de 2018, em plena época de festas e de desmobilização do funcionalismo. Na mesma data, será realizada uma grande manifestação em frente à Câmara Municipal.

A Lei 17.020, que cria um sistema de previdência complementar para os novos servidores e para quem recebe acima do teto de aposentadoria (R\$ 5.839,45) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de uma empresa privada, a SampaPrev, foi aprovada em dois turnos – em 21



Em assembleia, categoria delibera por aderir à paralisação dos demais servidores pela revogação da lei que instituiu reforma da Previdência municipal.

e 26 de dezembro – e sancionada em 27 do mesmo mês pelo prefeito Bruno Covas. Com isso, a contribuição dos servidores ativos e aposentados sobe de 11% para 14%, acima da do trabalhador assalariado em regime de CLT ao INSS – que varia de 8 a 11%. Além disso, o Instituto de Previdência Municipal (Ipem), responsável pelas aposentadorias do serviço

público municipal, que está deficitário, receberá cada vez menos contribuições, já que a arrecadação vai para a SampaPrev. Os delegados sindicais do SEESP na Prefeitura apontam como causas para o déficit o número insuficiente de concursos públicos realizados nos últimos anos para suprir os quadros da ativa e a fuga de profissionais devido à baixa remuneração.

CASA DO ENGENHEIRO
O clube de vantagens da categoria!
www.casadoengenheiro.org.br/

Movimento sindical em defesa da Previdência

O Governo Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 871/2019, que muda regras para concessão de benefícios previdenciários até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada até final de 2022. A medida abre a possibilidade de suspensão imediata do pagamento em caso de suspeita de irregularidade, mesmo com provas contrárias pré-constituídas, até que o beneficiário apresente defesa. Atualmente o benefício é pago até que o trabalhador seja localizado. A MP vem em conjunto com busca prioritária do novo governo de aprovar reforma da Previdência, com redução de direitos e aumento do tempo de contribuição. As centrais sindicais preparam a resistência. Anunciaram, em reunião no dia 15 de janeiro último, a realização de “Plenária unitária em defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria” em 20 de fevereiro.